

Dívidas de ^{Publicas} São Paulo têm acordo hoje

27 NOV 1996

GAZETA MERCANTIL

O estado perde controle acionário do Banespa

por Ivanir José Bortot e
Tatiana Bautzer
de Brasília e São Paulo

O acordo de renegociação da dívida de São Paulo, incluindo o endividamento com o Banespa, será assinado hoje entre o governador Mário Covas e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, em São Paulo, anunciou ontem o Palácio dos Bandeirantes. Malan está voltando de uma viagem ao exterior e, se não chegar a tempo, poderá ser substituído pelo secretário executivo da Fazenda, Pedro Parente. Na provável data de corte do acordo, 31 de março, a soma daquelas dívidas era de aproximadamente R\$ 37 bilhões, e hoje já ultrapassa R\$ 42 bilhões.

Para possibilitar a ex-



Mário Covas

tensão da Raet do Banespa e de outros bancos, o Banco Central (BC) pode propor a edição de uma Medida Provisória (MP) alterando o artigo 1º da Lei 2.321, que estabelece os prazos desse tipo de inter-

venção, com limite máximo de dois anos. O prazo máximo, no caso do Banespa, termina no dia 31 de dezembro. Com a edição da MP, o Banespa poderia continuar sob o guarda-chuva do BC durante a implementação do acordo.

O governador Mário Covas admitiu ontem, pela primeira vez, que o Estado de São Paulo abrirá mão do controle acionário do Banespa, como condição no acordo de refinanciamento da dívida estadual com o governo federal. Segundo Covas, "não haverá uma federalização, mas uma venda".

O acordo deve refinanciar a dívida mobiliária e a dívida para com o Banespa e a Nossa Caixa Nosso Banco por prazos de 30 a 35 anos, com taxas de 6% ao ano mais INPC. Para obter essas condições, São Paulo deve comprometer-se a quitar 20% da dívida com ativos, que podem incluir suas próprias ações ordinárias do Banespa. Mesmo que venda metade do capital ordinário, São Paulo ainda terá 17% na nova composição acionária do banco.

Está prevista uma licitação para se contratar um gestor externo para o Banespa, e possivelmente preparar o banco para a privatização. A movimentação financeira do estado deve continuar a transitar pelo Banespa. São Paulo terá a opção de retomar o banco, provavelmente depois de um ano de gestão terceirizada, desde que complete até 50% a quitação da sua dívida com o banco. Na data de corte do acordo, a dívida estava em cerca de R\$ 17 bilhões. Para recuperar o Banespa, São Paulo terá de quitar mais R\$ 6 bilhões a R\$ 7 bilhões com ativos, além dos cerca de R\$ 7 bilhões necessários para a rolagem da dívida global. (Pág. B-1)■